

**VIAGEM DA DESCOBERTA DO BRASIL:  
UM PASSEIO PELA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL.**

UILSON NUNES DE OLIVEIRA – FIO/FAT

O presente trabalho nasceu de minhas inquietações a respeito dos vários problemas enfrentados por quem trabalha com as questões de conservação patrimonial, quando lecionava a disciplina de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural em uma faculdade de Turismo na cidade de Garça, interior de São Paulo. Uma das principais questões girava em torno de uma das modalidades do Turismo, o Turismo Cultural. A primeira vista, duas palavras que expressam um sentido intrinsecamente ligado, porém, ao observarmos com maior cuidado, notamos que esses dois conceitos trazem uma relação contraditória. Se por um lado, o turismo fortalece a necessidade de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, pois, esse fenômeno social utiliza tais espaços como atrativos, por outro, o intenso movimento dos turistas nos ambientes históricos preservados, podem trazer grandes danos e levar até mesmo a destruição de monumentos, sítios arqueológicos, igrejas, museus e etc.

Uma de minhas preocupações como docente e formador de profissionais do Turismo e também como Historiador e entusiasta das questões do patrimônio histórico e cultural brasileiro, era como escapar a estes problemas? Daí nascem minhas primeiras incursões para entender a legislação brasileira que, juntamente com diversos órgãos regulamentadores estabelecem normas de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural.

Nesse momento, a fase da pesquisa que apresento, é de problematização e levantamento de dados e, o nosso principal foco é indagar sobre outro aspecto da preservação do patrimônio: Qual é o momento que podemos tomar como marco inicial da preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil?

Esta última pergunta nos remete ao ano de 1897, na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. Nesse ano, a capital desse Estado, Ouro Preto, até então, é transferida para Belo Horizonte, uma cidade recém construída e planejada para se tornar a nova capital. A velha Ouro Preto perde sua importância e acaba em total abandono, assim como suas igrejas, monumentos, casarios e relíquias, tornando-se uma “cidade morta” como afirma Afonso Arinos de Melo Franco em 1916, revelando que havia a preocupação de que algo deveria ser feito para impedir a deteriorização do conjunto arquitetônico daquela cidade.

Em seqüência, uma série de denúncias são feitas no intuito de sensibilizar as autoridades, começando então uma série de procedimentos que culminaram em um registro documentado com desenhos e fotografias que comparavam os dados patrimoniais da cidade. A publicação do *Documentário Arquitetônico* do Pintor José Washt<sup>1</sup> Rodrigues, que trazia em suas páginas um cadastro minucioso das plantas das casas e igrejas, e os elementos decorativos de Ouro Preto foi um passo fundamental no caminho para a preservação. Em 1924, um grupo integrado por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, o poeta francês Blaise Cendrars e o mecenas Paulo Prado, um dos patrocinadores da *Semana de 22*, entre outras pessoas da elite paulista, realizaram a chamada *Viagem da Descoberta do Brasil*. Segundo Telê Porto Ancona Lopes, essa “Viagem da descoberta do Brasil, provoca um amadurecimento no projeto nacionalista de nossos modernistas, fazendo com que a ênfase, que de início recaía com mais força sobre o dado estético, possa ir progressivamente, abrangendo e sulcando o projeto ideológico”<sup>2</sup>. Nesse momento, desperta o interesse de Mário de Andrade pelas questões da etnografia do Brasil, dando início a sua coleta de dados e documentações da época, enfocando o folclore brasileiro<sup>3</sup>.

Haroldo Leitão Camargo, chama-nos a atenção para esta viagem, segundo ele, é a primeira vez que o patrimônio figura como atrativo para o turismo no Brasil<sup>4</sup>. O autor continua, afirmando que “com os modernistas, sobretudo Mário de Andrade, altera-se e amplia-se o

conceito de cultura. O Brasil terá então atrativos culturais, originais e específicos, não apenas aqueles contidos no conceito clássico de cultura ou civilização”<sup>5</sup>.

Somente em 12 de julho de 1933, é tomada a primeira medida oficial em reconhecimento do patrimônio cultural de Ouro Preto e, da necessidade de sua preservação e então, com o Decreto nº 22.928, Ouro Preto ganha *status* de Monumento Nacional. Ainda que este ato seja mais simbólico que prático, ele transcende as características e institucionaliza uma aspiração social, resgatada por meio de um processo histórico.

Este breve retrocesso na história do Brasil é, sem dúvida o primórdio da idéia de preservação do patrimônio cultural no Brasil e, a idéia central que vai caracterizar este trabalho, é a necessidade de desenvolver um estudo mais aprofundado sobre a história do pensamento preservacionista no Brasil, buscando o entendimento das políticas públicas voltadas para o pensamento do patrimônio histórico e cultural. Para tanto, cabe uma investigação mais criteriosa em alguns setores da sociedade brasileira principalmente entre as décadas de 1970-80 quando essas discussões ganham muito espaço na mídia brasileira.

Portanto, o ponto central da pesquisa ora apresentada é o estudo das políticas públicas preservacionistas no tocante ao patrimônio histórico e cultural, dando ênfase ao processo histórico que teve como início, a elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional.

Uma breve discussão se faz necessária, nesse momento. Não é raro, encontrarmos as denominações: patrimônio cultural, patrimônio histórico, patrimônio histórico e artístico, patrimônio histórico e cultural. Esta tarefa não é fácil, pois nela está contida várias caracterizações. Célia Reis Camargo nos atenta para essa questão, discutindo a abrangência dos termos, “a história é a categoria mais abrangente? Envolve a cultura? Nesse caso, adotaríamos o conceito de patrimônio histórico para nos referirmos aos bens que registram a cultura material, independente de seu valor estético ou artístico?”<sup>6</sup>

Ainda que seja muito difícil de se tomar partido de uma terminologia, é de extrema necessidade que o façamos, pois na legislação específica, sempre a menção do termo está

associada ao conjunto de bens a serem preservados. Podemos observar que o termo mais utilizado é patrimônio cultural, porém, como sinônimo de patrimônio histórico como ainda nos mostra Camargo:

“O melhor exemplo está no próprio nome, dado ao órgão oficial de proteção, em 1937, o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o atual IPHAN (instituto, ao invés de Serviço). Embora a noção de história encabece o título, na prática suas ações estiveram assentadas sobre o critério estético de seleção dos bens que foram objeto de inscrição e tombamento.

Aparentemente essa distinção não nos levaria a lugar algum (...) Ao contrário, são complementares (...) que bens culturais deixariam de revelar a história? De outro lado, que testemunhos e registros de valor histórico não estariam indicando as particularidades e evidências da cultura de uma sociedade? (...) História e cultura seriam categorias de abrangência equivalente e de significados imbricados e correlatos”<sup>7</sup>.

Observamos, no entanto, que a utilização desses conceitos estão mais relacionados ao universo de bens que em determinados momentos estão sendo objetos de proteção do Estado. Portanto, quando a atuação do já citado SPHAN, refere-se ao conceito de patrimônio histórico, os trabalhos eram desenvolvidos em obras de arte, construções e monumentos.

A terminologia ou conceito de patrimônio histórico nos parece a mais apropriada, como também salienta Camargo:

“Adotar esta expressão significa fazer referência ao amplo universo de bens e de valor informativo permanente para o conhecimento da realidade social, passada ou presente, independentemente de outros valores que se lhes possa atribuir, incluindo o valor artístico. Significa referência aos bens, objetos, textos, edificações, obras de arte, artefatos em geral, livros, sítios, enfim todo e qualquer registro material que possa ser encarado como documento”<sup>8</sup>.

Em suma, a presente investigação, tem como objeto principal, a análise institucional no período de 1933 até por volta de 1945, percorrendo praticamente todo o primeiro período getulista, em busca do ideário contido na legislação vigente, os conteúdos que nos possibilitarão a traçar um perfil do que se convencionou a chamar de patrimônio. Conceito esse, que ajudou na criação da idéia de nação. Para tanto, devemos nos orientar pela identificação das instituições que se dedicaram à preservação do patrimônio histórico no Brasil, realizando um rastreamento das instituições criadas nas esferas municipais, estaduais e normatizadas pela esfera federal, através do então SPHAN.

Ainda devemos investigar a regulamentação dessas instituições afim de traçarmos o perfil ideológico e político preservacionista, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Como baliza metodológica, utilizaremos diversos trabalhos referentes ao tratamento da política patrimonial e de estudos referentes política do primeiro período Vargas, lançando mão de extensa bibliografia a ser discutida posteriormente. A filiação metodológica desse trabalho faz referencia a história política do Brasil e, por sua vez, concentra-se na linha de pesquisa historiográfica que, acreditamos, encontra-se mais próxima dessa proposta de trabalho, a linha de pesquisa conhecida como História Política. A qual, podemos fazer várias aproximações com esse projeto, como exemplo, o envolvimento das elites no processo de sistematização da preservação do patrimônio.

Como pontos principais a serem desenvolvidos no decorrer dessa pesquisa pensamos na seguinte estruturação:

- Balanço da produção acadêmica sobre a questão do patrimônio histórico e, sobre o primeiro período Vargas;
- Análise das políticas públicas referentes ao tratamento patrimonial no período de 1933-45;

- Interpretação do discurso das políticas públicas patrimoniais nas esferas federais, estaduais e municipais, visando uma caracterização jurídica sobre a idéia de patrimônio.

Estes são os principais pontos que nos nortearão no desenvolvimento desse trabalho. Acreditamos que, esse esboço inicial, nos permitirá uma visão geral do histórico da construção da nacionalidade brasileira, aquecida pela idéia de criação, ou melhor, de descoberta dos bens patrimoniais brasileiros.

#### Notas:

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, J. W. **Documentário Arquitetônico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

<sup>2</sup> LOPES, T. P. A. *Introdução e notas*. In: ANDRADE, M. **o Turista Aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, pg. 16.

<sup>3</sup> Idem, pg. 16.

<sup>4</sup> CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Editora Aleph, 2002, pg. 82.

<sup>5</sup> Idem, pg 83.

<sup>6</sup> CAMARGO, C. R. **À margem do patrimônio cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNESP – Assis, 1999, pg. 11.

<sup>7</sup> Idem, pg. 11 e 12.

<sup>8</sup> Idem, pg 14.